



By @kakashi_copiador

Aula 02 - Profº Túlio Lages

CNU (Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia) Passo de Conhecimentos Específicos - Eixo Temático 1 - Gestão Governamental e Governança Pública -

2024 (Pós-Edital)

Tulio Lages, Vinicius Rodrigues de Oliveira

26 de Fevereiro de 2024

Índice

1) Simulado - Acesso à Informação - ME	3
--	---



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	14
Referências Bibliográficas	46

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

[Acesso à informação](#)

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

Lei 12.527/2011: Abrangência da Lei (arts. 1º e 2º)

1) A Lei 12.527/2011 regula o acesso a informação prevista na Constituição Federal. Subordinam-se ao regime da Lei, exceto:

- a) Os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- b) O Ministério Público
- c) As autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas
- d) Entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) As sociedades de economia mista e as fundações privadas

Lei 12.527/2011: Finalidade e diretrizes (art. 3º)



2) Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes, exceto:

- a) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- b) divulgação de informações de interesse público, mediante solicitações;
- c) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- d) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- e) desenvolvimento do controle social da administração pública.

Lei 12.527/2011: Definições (art. 4º)

3) Relacione as colunas e assinale a alternativa que faz corretamente a associação entre as duas:

I - informação	A - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato
II - documento	B - aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado
III - informação sigilosa	C - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados
IV - disponibilidade	D - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato
V - autenticidade	E - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema

- a) I-A, II-D, III-B, IV-E, V-C
- b) I-D, II-A, III-B, IV-C, V-E
- c) I-D, II-A, III-B, IV-E, V-C
- d) I-A, II-D, III-B, IV-C, V-E



e) I-A, II-D, III-C, IV-B, V-E

4) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I - Informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

II - Primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e com o mínimo de modificações.

III - Integridade refere-se à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

IV - Autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida e recebida, sem modificação, por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e IV
- e) I, III e IV

Lei 12.527/2011: Obrigatoriedade de garantia do Direito de Acesso à Informação (art. 5º)

5) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, exceto:

- a) Mediante procedimentos subjetivos
- b) Mediante procedimentos ágeis
- c) De forma transparente
- d) De forma clara
- e) Em linguagem de fácil compreensão

Lei 12.527/2011: Acesso a informações e sua divulgação (arts. 6º a 9)



6) Referente ao acesso e divulgação das informações, cabe aos órgãos e entidade do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar:

- a) A gestão transparente da informação, com mínimo acesso, mas ampla divulgação
- b) A garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade da informação
- c) A proteção das informações sigilosas, apenas
- d) A proteção da informação pessoal, apenas
- e) A proteção da informação sigilosa e da informação pessoal com total restrição de acesso.

7) O acesso a informação de que trata a Lei 12.527/2011, compreende, exceto:

- a) Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- b) Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- c) Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, exceto quando esse vínculo já tenha cessado.
- d) Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- e) Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos

8) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I - O acesso à informação engloba informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos

II - O acesso à informação engloba informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, exceto prestações de contas relativas a exercícios anteriores



III - A Lei 12.527/2011 libera o acesso as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

V - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente, após decurso de 3 dias do informativo, a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

- a) Apenas um item está correto
- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

9) Analise as alternativas e assinale a única alternativa que está em desacordo com a Lei 12.527/2011:

- a) Ocorrida a abertura de sindicância para apurar o extravio de documentação, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- b) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimentos, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- c) Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas por seus órgãos e entidades públicas.
- d) O acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações.
- e) O acesso a informações públicas será assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Lei 12.527/2011: Pedido de acesso (arts. 10 a 14)

10) De acordo com os seus conhecimentos sobre o pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa correta.

- a) Para o acesso a informações de interesse público, a clara especificação da informação requerida e a identificação do requerente é obrigatória, podendo este último, conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- b) Os órgãos e entidades do poder público podem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- c) É obrigatório o informe pelo interessado, dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- d) Em regra, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- e) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito.

11) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011

I - Estará isento de ressarcir os custos de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

II - Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, será negada a consulta do documento devendo o órgão ou entidade consultiva registrar o fato em ata.

III - É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

IV - As informações serão sempre fornecidas em documentos impressos, sendo a operação devidamente protocolada na ata de registro do órgão ou entidade pública consultada.

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e IV
- e) III e IV



Lei 12.527/2011: Recursos (arts. 15 a 20)

12) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Não sendo possível conceder o acesso imediato ao interessado em virtude de recusa do pedido, o órgão ou entidade publica consultada deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.
- b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 20 dias a contar da sua ciência.
- c) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.
- e) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Lei 12.527/2011: Restrições de Acesso à Informação

13) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- b) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- d) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.



e) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

14) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa correta:

a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são 20, 15 e 5 anos para informações ultrassecretas, secretas e reservada, respectivamente

b) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.

c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei

c) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, mensalmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura

d) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, semestralmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

15) Analise os itens a seguir quanto a restrição de acesso presente na Lei 12.527/2011, e assinale a alternativa correta.

I - O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

II - As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

III - Apenas a classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto e reservado deverá ser formalizada em decisão que conterà o assunto, o fundamento da classificação, a indicação do prazo de sigilo e a identificação da autoridade que a classificou.

IV - Somente poderá ser feita a reavaliação da classificação das informações pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação, sendo respeitado os termos e prazos previstos em regulamento.



V - As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

- a) V V F F V
- b) V F V F V
- c) F F F V F
- d) F F F F V
- e) F V F F F

16) A classificação do sigilo no grau de ultrassecreto de informações no âmbito da administração pública federal é de competência das seguintes autoridades, exceto:

- a) Chefes de Missões Diplomáticas
- b) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica
- c) Ministros de Estado
- d) Presidente da República
- e) Consulares temporários no exterior

17) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso à informação, analise as alternativas e assinale a única incorreta.

- a) Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.
- b) Lei específica disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.
- c) O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
- d) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das



informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

e) Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Lei 12.527/2011: Responsabilidades (arts. 32 a 34)

18) Quanto a responsabilidade do agente público ou militar referente às informações em posse da administração pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os órgãos e entidades públicas respondem indiretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.
- b) Constitui conduta ilícita que enseja a responsabilidade do agente público ou militar, a recusa de fornecer informação requerida nos termos desta Lei e/ou o retardamento deliberado do seu fornecimento.
- c) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal, além de constituir conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar, poderá ser objeto de improbidade administrativa.
- d) A aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública.
- e) A responsabilização do agente público ou militar frente a conduta ilícita praticada, deverá respeitar o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

19) A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei 12.527/2011, estará sujeita às seguintes sanções, exceto:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) Rescisão do vínculo com o poder público
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



Lei 12.527/2011: Comissão Mista de Reavaliação de Informações (art. 35), Informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais (art. 36) e Núcleo de Segurança e Credenciamento (art. 37)

20) De acordo com os seus conhecimentos, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011

I - É a Comissão Mista de Reavaliação de Informações que decidirá no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.

II - Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar, quantas vezes forem necessárias, o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País.

III - O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes no Código Civil Brasileiro.

IV - Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

V - O Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) tem por objetivo garantir a segurança de informações sigilosas, exceto aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

- a) Apenas um item está correto
- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

Subsidiariedade da Lei 9.507/1997

21) A Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 é aplicada subsidiariamente à Lei 12.507/2011, mais especificamente, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Assim sendo, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.
- b) Constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação.
- c) Feita a retificação em, no máximo, cinco dias após a entrada do requerimento, a entidade ou órgão depositário do registro ou da informação dará ciência ao interessado.
- d) Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança.
- e) São gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificação, bem como a ação de habeas data.

Decreto 7.724/2012 (Regulamento da Lei de Acesso à Informação)

22) De acordo com o Decreto 7.724/2012 que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A busca e o fornecimento das informações são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

II - Sujeitam-se ao disposto no Decreto 7.724/2012, os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

III - Sujeitam-se ao disposto no Decreto 7.724/2012, as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

IV - O acesso à informação disciplinado no Decreto 7.724/2012 é aplicado quando se tratar de informações de cunho sigiloso previstas na legislação, como fiscais, bancárias, de operações e serviços no mercado de capitais, comerciais, profissionais, industriais e englobando segredo de justiça.

V - O Banco Central do Brasil divulgará periodicamente informações relativas às operações de crédito praticadas pelas instituições financeiras, inclusive as taxas de juros mínima, máxima e média e as respectivas tarifas bancárias.

- a) Apenas um item está correto



- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos



GABARITO

1. E	2. B	3. D	4. C	5. A
6. B	7. C	8. B	9. B	10. D
11. C	12. B	13. D	14. C	15. A
16. E	17. B	18. A	19. D	20. A
21. C	22. C			

QUESTÕES COMENTADAS

Lei 12.527/2011: Abrangência da Lei (arts. 1º e 2º)

1) A Lei 12.527/2011 regula o acesso a informação prevista na Constituição Federal. Subordinam-se ao regime da Lei, exceto:

- a) Os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- b) O Ministério Público
- c) As autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas
- d) Entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- e) As sociedades de economia mista e as fundações privadas

Comentários:

Vejamos o que trata a Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:



I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Desta forma, a única assertiva que não se subordina ao regime da Lei 12.527/2011 é a letra E (As sociedades de economia mista e as fundações privadas). As letras A e B estão previstas no art. 1º, inciso I e as letras C e D no art. 1º, inciso II, da Lei 12.527/2011.

Gabarito: letra E.

Lei 12.527/2011: Finalidade e diretrizes (art. 3º)

2) Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes, exceto:

- a) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- b) divulgação de informações de interesse público, mediante solicitações;
- c) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- d) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- e) desenvolvimento do controle social da administração pública.

Comentários:

Vejamos o que diz o art. 3º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11):

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Sendo assim:

Letra A - correta. Nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei 12.527/11, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção é uma das diretrizes previstas na Lei de Acesso à Informação.

Letra B - incorreta. Apresenta uma afirmação contrária ao que foi disposto no art. 3º, inciso II, da Lei 12.527/11.

Letra C - correta. De acordo com o art. 3º, inciso III, da lei em comento.

Letra D - correta. Apresentou uma das diretrizes da Lei de Acesso à Informação, na forma do art. 3º, inciso IV, acima mencionado.

Letra E - correta. De acordo com o art. 3º, inciso V, da lei em comento.

Gabarito: letra B.

Lei 12.527/2011: Definições (art. 4º)

3) Relacione as colunas e assinale a alternativa que faz corretamente a associação entre as duas:

I - informação	A - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato
II - documento	B - aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado
III - informação sigilosa	C - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados
IV - disponibilidade	D - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato
V - autenticidade	E - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada

	por determinado indivíduo, equipamento ou sistema
--	---

- a) I-A, II-D, III-B, IV-E, V-C
- b) I-D, II-A, III-B, IV-C, V-E
- c) I-D, II-A, III-B, IV-E, V-C
- d) I-A, II-D, III-B, IV-C, V-E
- e) I-A, II-D, III-C, IV-B, V-E

Comentários:

Vejamos o art. 4º da Lei 12.527/2011, que trata sobre o assunto:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

Com base no art. 4º da Lei, a sequência será: I-A, II-D, III-B, IV-C, V-E.

Gabarito: letra D.

4) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I - Informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.



II - Primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e com o mínimo de modificações.

III - Integridade refere-se à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

IV - Autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida e recebida, sem modificação, por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e IV
- e) I, III e IV

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 4º, inciso IV, da Lei 12.527/2011.

Art. 4º, IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

Item II - incorreto. De acordo com o art. 4º, inciso IX, da Lei 12.527/2011, a primariedade refere-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível e SEM modificações, o que torna o item incorreto.

Art. 4º, IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Item III - correto. De acordo com o art. 4º, inciso VIII, da Lei 12.527/2011.

Art. 4º, VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

Item IV - incorreto. De acordo com o art. 4º, inciso VII, da Lei 12.527/2011, autenticidade refere-se à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida OU MODIFICADA por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, o que torna o item incorreto.

Art. 4º, VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

Gabarito: letra C.



Lei 12.527/2011: Obrigatoriedade de garantia do Direito de Acesso à Informação (art. 5º)

5) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, exceto:

- a) Mediante procedimentos subjetivos
- b) Mediante procedimentos ágeis
- c) De forma transparente
- d) De forma clara
- e) Em linguagem de fácil compreensão

Comentários:

Letra A. incorreta. A assertiva abarca o assunto tratado no art. 5º da Lei 12.527/2011, onde deixa claro que a obrigatoriedade do Estado em garantir o direito de acesso à informação, deverá ser franqueada, mediante procedimentos OBJETIVOS (e não subjetivos, como afirma a assertiva A) e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, *mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.*

Letra B - correta. De acordo com o art. 5º da Lei 12.527/2011.

Letra C - correta. De acordo com o art. 5º da Lei 12.527/2011.

Letra D - correta. De acordo com o art. 5º da Lei 12.527/2011.

Letra E - correta. De acordo com o art. 5º da Lei 12.527/2011.

Gabarito: letra A.

Lei 12.527/2011: Acesso a informações e sua divulgação (arts. 6º a 9)

6) Referente ao acesso e divulgação das informações, cabe aos órgãos e entidade do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar:

- a) A gestão transparente da informação, com mínimo acesso, mas ampla divulgação
- b) A garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade da informação



- c) A proteção das informações sigilosas, apenas
- d) A proteção da informação pessoal, apenas
- e) A proteção da informação sigilosa e da informação pessoal com total restrição de acesso.

Comentários:

Vejamos o art. 6º da Lei 12.527/2011 que trata sobre o assunto:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Dentre as assertivas, a letra B é a única que está de acordo com a Lei 12.527/2011, em especial o art. 6º, inciso III, sendo ela nosso gabarito.

Letra A - incorreta. Será amplo o acesso (e não mínimo), conforme o art. 6º, inciso I, da Lei 12.527/2011.

Letra C - incorreta. Também serão protegidas as informações pessoais, conforme o art. 6º, inciso III, da Lei 12.527/2011.

Letra D - incorreta. Também serão protegidas as informações sigilosas, conforme o art. 6º, inciso III, da Lei 12.527/2011.

Letra E - incorreta. Será amplo o acesso (e não totalmente restrito), conforme o art. 6º, inciso I, da Lei 12.527/2011.

Gabarito: letra B.

7) O acesso a informação de que trata a Lei 12.527/2011, compreende, exceto:

- a) Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- b) Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.



- c) Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, exceto quando esse vínculo já tenha cessado.
- d) Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- e) Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos

Comentários:

Vejamos o art. 7º da Lei 12.527/2011, que trata sobre o assunto:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Note que a assertiva C é a única que apresenta uma informação incorreta, pois o acesso a informação de que trata a Lei 12.527/2011 compreende a informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, MESMO QUE ESSE VÍNCULO JÁ TENHA CESSADO.

Letra A - correta. De acordo com o art. 7º, inciso I, da Lei 12.527/2011.

Letra B - correta. De acordo com o art. 7º, inciso II, da Lei 12.527/2011.

Letra D - correta. De acordo com o art. 7º, inciso V, da Lei 12.527/2011.

Letra E - correta. De acordo com o art. 7º, inciso VI, da Lei 12.527/2011.

Gabarito: letra C.

8) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que apresenta os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

I - O acesso à informação engloba informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos

II - O acesso à informação engloba informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, exceto prestações de contas relativas a exercícios anteriores

III - A Lei 12.527/2011 libera o acesso as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV - Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

V - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente, após decurso de 3 dias do informativo, a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

a) Apenas um item está correto

b) Apenas dois itens estão corretos

c) Apenas três itens estão corretos

d) Apenas quatro itens estão corretos

e) Todos os itens estão corretos

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 7º, inciso VII, alínea "a", da Lei 12.527/2011.



Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

Item II - incorreto. Pois também deverão ser objeto de acesso informações relativas as prestações de contas de exercícios anteriores.

Item III - incorreto. Pois acesso às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado não devem ter como base a Lei 12.527/2011.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.



§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Item IV - correta. De acordo com o art. 7º, § 2º, da Lei 12.527/2011.

Art. 7º, § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Item V - incorreta. Pois, conforme o art. 7º, § 5º, da Lei 12.527/2011, o interessado poderá requerer à autoridade competente a IMEDIATA abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da documentação solicitada.

Art. 7º, § 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

Gabarito: letra B.

9) Analise as alternativas e assinale a única alternativa que está em desacordo com a Lei 12.527/2011:

- a) Ocorrida a abertura de sindicância para apurar o extravio de documentação, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.
- b) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimentos, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- c) Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas por seus órgãos e entidades públicas.
- d) O acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações.
- e) O acesso a informações públicas será assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 7º, § 6º, da Lei 12.527/2011.



Art. 7º, § 6º Verificada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

Letra B - incorreta. Pois, de acordo com o art. 8º da Lei 12.527/2011, as informações de interesse coletivo ou geral produzidas por órgãos e entidades públicas, deverão ser divulgadas em local de fácil acesso, INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO.

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Letra C - correta. De acordo com o art. 8º, § 4º, da Lei 12.527/2011.

Art. 8º, § 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Letras D e E - corretas. De acordo com o art. 9º da Lei 12.527/2011.

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
- c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e*

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Gabarito: letra B.

Lei 12.527/2011: Pedido de acesso (arts. 10 a 14)

10) De acordo com os seus conhecimentos sobre o pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa correta.



- a) Para o acesso a informações de interesse público, a clara especificação da informação requerida e a identificação do requerente é obrigatória, podendo este último, conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- b) Os órgãos e entidades do poder público podem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- c) É obrigatório o informe pelo interessado, dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- d) Em regra, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- e) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito.

Comentários:

Letra A - incorreta. Pois, apesar de qualquer interessado poder apresentar pedido de acesso a informação, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, é VEDADO que a identificação do requerente conter exigências que inviabilizem a solicitação, conforme o art. 10, § 1º, da Lei 12.527/2011.

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

Letra B - incorreta. Pois, de acordo com o art. 10, § 2º, da Lei 12.527/2011, é obrigatório que os órgãos e entidades do poder público viabilizem alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

Art. 10, § 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

Letra C - incorreta. Pois, de acordo com o art. 10, § 3º, da Lei 12.527/2011, são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público pelo interessado.

Art. 10, § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Letra D - correta. De acordo com o art. 11 da Lei 12.527/2011.

Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

Letra E - incorreta. Pois, conforme o art. 12 da Lei 12.527/2011, há uma exceção quanto ao serviço de busca e fornecimento gratuito da informação: nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Gabarito: letra D.

11) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011

I - Estará isento de ressarcir os custos de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

II - Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, será negada a consulta do documento devendo o órgão ou entidade consultiva registrar o fato em ata.

III - É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

IV - As informações serão sempre fornecidas em documentos impressos, sendo a operação devidamente protocolada na ata de registro do órgão ou entidade pública consultada.

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e IV
- e) III e IV

Comentários:



Item I - correto. De acordo com o art. 12, parágrafo único, da Lei 12.527/2011:

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Item II - incorreto. Pois, segundo o art. 13 da Lei 12.527/2011, "Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original". Vale lembrar que "na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original".

Item III - correto. De acordo com o art. 14 da Lei 12.527/2011:

Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Item IV - incorreto. Pois a informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato caso haja anuência do requerente.

Gabarito: letra C.

Lei 12.527/2011: Recursos (arts. 15 a 20)

12) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso a informações aos órgãos e entidades que trata a Lei 12.527/2011, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Não sendo possível conceder o acesso imediato ao interessado em virtude de recusa do pedido, o órgão ou entidade pública consultada deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.
- b) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 20 dias a contar da sua ciência.
- c) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) O recurso contra indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma



autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

e) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 11, § 1º, da Lei 12.527/2011:

Art. 11, § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Letra B - incorreta. Pois, de acordo com o art. 15 da Lei 12.527/2011, o prazo para interpor recurso contra a decisão de indeferimento de acesso à informação ou de informe das razões de negativa de acesso, é de 10 dias contados da ciência do interessado.

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Letra C - correta. De acordo com o art. 15, parágrafo único, da Lei 12.527/2011:

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias

Letra D - correta. De acordo com o art. 16, da Lei 12.527/2011:

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

Letra E - correta. A assertiva está correta e de acordo com o art. 19, § 2º, da Lei 12.527/2011.

Art. 19, § 2º Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Gabarito: letra B.

Lei 12.527/2011: Restrições de Acesso à Informação

13) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- b) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- c) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- d) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- e) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 21 da Lei 12.527/2011.

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Letra B - correta. De acordo com o art. 21, parágrafo único, da Lei 12.527/2011.

Art. 21, Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Letra C- correta. De acordo com o art. 24 da Lei 12.527/2011.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Letra D - incorreta. Pois, conforme o art. 24, § 2º, da Lei 12.527/2011, as informações serão classificadas como reservadas, e não ultrassecretas.

Art. 24, § 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Letra E - correta. De acordo com o art. 24, § 4º, da Lei 12.527/2011.

Art. 24, § 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Gabarito: letra D.

14) Quanto as restrições de acesso as informações, assinale a única alternativa correta:

- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são 20, 15 e 5 anos para informações ultrassecretas, secretas e reservada, respectivamente
- b) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.



c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei

c) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, mensalmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura

d) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, semestralmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Comentários:

Letra A - incorreta. Pois a informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, sendo o prazo máximo de restrição de acesso de 25, 15 e 5 anos, respectivamente. Esse prazo passa a ser contado a partir da data de sua produção.

Letra B - incorreta. Pois deverá ser utilizado o critério MENOS restritivo possível para a classificação da informação em determinado grau de sigilo (ultrassecretas, secretas e reservada).

Letra C - correta. De acordo com o art. 25, § 1º, da Lei 12.527/2011.

Art. 25, § 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

Letras D e E - incorretas. Pois a frequência de publicações do rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 meses, do rol de documentos classificados em cada grau de sigilo e do relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes, será feito pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade de forma ANUAL, conforme o art. 30 da Lei 12.527/2001, e não mensalmente ou semestralmente como afirmam as assertivas.

Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, anualmente, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.



Gabarito: Leta C.

15) Analise os itens a seguir quanto a restrição de acesso presente na Lei 12.527/2011, e assinale a alternativa correta.

I - O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

II - As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

III - Apenas a classificação de informação no grau de sigilo ultrassecreto e reservado deverá ser formalizada em decisão que conterá o assunto, o fundamento da classificação, a indicação do prazo de sigilo e a identificação da autoridade que a classificou.

IV - Somente poderá ser feita a reavaliação da classificação das informações pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação, sendo respeitado os termos e prazos previstos em regulamento.

V - As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

a) V V F F V

b) V F V F V

c) F F F V F

d) F F F F V

e) F V F F F

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 25, § 2º, da Lei 12.527/2011.

Art. 25, § 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

Item II - correto. De acordo com o art. 26 da Lei 12.527/2011.



Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotarás providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

Item III - incorreto. De acordo com o art. 28 da Lei 12.527/2011, qualquer informação classificada como ultrassecreta, secreta e reservada deverá conter o assunto, o fundamento da classificação, a indicação do prazo de sigilo e a identificação da autoridade que a classificou.

Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - assunto sobre o qual versa a informação;

II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;

III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e

IV - identificação da autoridade que a classificou.

Item IV - incorreto. Pois, de acordo com o art. 29 da Lei 12.527/2011, a classificação das informações poderá ser reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício.

Art. 29. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, observado o disposto no art. 24.

Item V - correto. De acordo com o art. 31, § 1º, inciso I, da Lei 12.527/2011.

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

Gabarito: letra A.

16) A classificação do sigilo no grau de ultrassecreto de informações no âmbito da administração pública federal é de competência das seguintes autoridades, exceto:

- a) Chefes de Missões Diplomáticas
- b) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica
- c) Ministros de Estado
- d) Presidente da República
- e) Consulares temporários no exterior

Comentários:

O art. 27 da Lei 12.527/2011 trata o seguinte:

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;*
- b) Vice-Presidente da República;*
- c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;*
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e*
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;*



Dentre as assertivas apresentadas, a única incorreta é a letra "E", tendo em vista que a competência de classificação no grau de ultrassecreto das informações no âmbito da administração pública federal, não cabe aos Consulares temporários no exterior, e sim aos Consultares permanentes no exterior.

Gabarito: letra E.

17) De acordo com os seus conhecimentos sobre o acesso à informação, analise as alternativas e assinale a única incorreta.

- a) Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.
- b) Lei específica disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.
- c) O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.
- d) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.
- e) Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 29, § 2º, da Lei 12.527/2011.

Art. 29, § 2º Na reavaliação a que se refere o caput, deverão ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação.

Letra B - incorreta. De acordo com o art. 25, § 3º, da Lei 12.527/2011, os procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados será disposto em Regulamento, e não em Lei específica.

Art. 25, § 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Letra C - correta. De acordo com o art. 31 da Lei 12.527/2011.



Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Letra D - correta. De acordo com o art. 31, § 4º da Lei 12.527/2011.

Art. 31, § 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Letra E - correta. De acordo com o art. 31, § 5º, da Lei 12.527/2011.

Art. 31, § 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Gabarito: letra B.

Lei 12.527/2011: Responsabilidades (arts. 32 a 34)

18) Quanto a responsabilidade do agente público ou militar referente às informações em posse da administração pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os órgãos e entidades públicas respondem indiretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.
- b) Constitui conduta ilícita que enseja a responsabilidade do agente público ou militar, a recusa de fornecer informação requerida nos termos desta Lei e/ou o retardamento deliberado do seu fornecimento.
- c) Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal, além de constituir conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar, poderá ser objeto de improbidade administrativa.
- d) A aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública.
- e) A responsabilização do agente público ou militar frente a conduta ilícita praticada, deverá respeitar o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Comentários:

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 34 da Lei 12.527/2011, os órgãos e entidades públicas respondem DIRETAMENTE pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de

informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Letra B - correta. De acordo com o art. 32, inciso I, da Lei 12.527/2011:

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

Letra C - correta. Todas as condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, listadas no art. 32 da Lei 12.527/11, podem ser objeto de improbidade administrativa, conforme o disposto no art. 32, § 2º, da Lei 12.527/11.

Art. 32, § 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

Letra D - correta. De acordo com o art. 33, § 3º, da Lei 12.527/2011.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

(...)

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

(...)

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Letra E - correta. De acordo com o art. 33, § 1º, da Lei 12.527/2011.

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

(...)

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas:

Gabarito: letra A.

19) A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei 12.527/2011, estará sujeita às seguintes sanções, exceto:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) Rescisão do vínculo com o poder público
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Comentários:

De acordo com o art. 33, inciso IV, da Lei 12.527/2011, a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública deverá ter o prazo não superior a 2 (dois) anos, e não a cinco anos, como afirma a assertiva. Desta forma, a assertiva D está incorreta, pois trata de prazo não superior a 5 (cinco) anos para esta hipótese.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



As assertivas A, B, C e E estão corretas e de acordo com o art. 33, incisos I, II, III e V, respectivamente.

Gabarito: letra D.

Lei 12.527/2011: Comissão Mista de Reavaliação de Informações (art. 35), Informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais (art. 36) e Núcleo de Segurança e Credenciamento (art. 37)

20) De acordo com os seus conhecimentos, analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 12.527/2011

I - É a Comissão Mista de Reavaliação de Informações que decidirá no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.

II - Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar, quantas vezes forem necessárias, o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País.

III - O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes no Código Civil Brasileiro.

IV - Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 5 (cinco) anos.

V - O Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) tem por objetivo garantir a segurança de informações sigilosas, exceto aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

- a) Apenas um item está correto
- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

Comentários:

Item I - correta. De acordo com o art. 35, § 1º, da Lei 12.527/2011:



Art. 35, § 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas

Item II - incorreta. Apesar de ser competência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, essa prorrogação é limitada a uma única renovação, conforme o art. 35, § 1º, inciso III e § 2º da Lei 12.527/2011.

Art. 35, § 1º É instituída a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:

(...)

III - prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo previsto no § 1º do art. 24.

§ 2º O prazo referido no inciso III é limitado a uma única renovação.

Item III - incorreto. De acordo com o art. 36 da Lei 12.527/2011, o tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Art. 36. O tratamento de informação sigilosa resultante de tratados, acordos ou atos internacionais atenderá às normas e recomendações constantes desses instrumentos.

Item IV - incorreto. De acordo com o art. 39 da Lei 12.527/2011, a reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas deverão ser feitas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei 12.527/2011.

Art. 39. Os órgãos e entidades públicas deverão proceder à reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência desta Lei.

Item V - incorreto. De acordo com o art. 37, inciso II, da Lei 12.527/2011, a segurança de informações sigilosas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, também são objeto do Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Art. 37, II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado

tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Gabarito: letra A.

Subsidiariedade da Lei 9.507/1997

21) A Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 é aplicada subsidiariamente à Lei 12.507/2011, mais especificamente, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Assim sendo, assinale a única alternativa incorreta.

- a) Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.
- b) Constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação.
- c) Feita a retificação em, no máximo, cinco dias após a entrada do requerimento, a entidade ou órgão depositário do registro ou da informação dará ciência ao interessado.
- d) Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança.
- e) São gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificção, bem como a ação de habeas data.

Comentários:

Os artigos 1º, 4º, 19 e 21 da Lei 9.507/1997 tratam o seguinte:

Art. 1º (VETADO)

Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

Art. 4º Constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação. § 1º Feita a retificação em, no máximo, dez dias após a entrada do requerimento, a entidade ou órgão depositário do registro ou da informação dará ciência ao interessado.

(...)

Art. 19. Os processos de habeas data terão prioridade sobre todos os atos judiciais, exceto habeas-corpus e mandado de segurança. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

(...)

Art. 21. São gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificação, bem como a ação de habeas data.

A única assertiva incorreta é a de letra "C", pois o prazo máximo de retificação de informação é de 10 dias após a entrada do requerimento, de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei 9.507/1997.

Letra A - correta. De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.507/1997.

Letra B - correta. De acordo com o art. 4º da Lei 9.507/1997.

Letra D - correta. De acordo com o art. 19 da Lei 9.507/1997.

Letra E - correta. De acordo com o art. 21 da Lei 9.507/1997.

Gabarito: letra C.

Decreto 7.724/2012 (Regulamento da Lei de Acesso à Informação)

22) De acordo com o Decreto 7.724/2012 que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - A busca e o fornecimento das informações são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

II - Sujeitam-se ao disposto no Decreto 7.724/2012, os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

III - Sujeitam-se ao disposto no Decreto 7.724/2012, as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

IV - O acesso à informação disciplinado no Decreto 7.724/2012 é aplicado quando se tratar de informações de cunho sigiloso previstas na legislação, como fiscais, bancárias, de operações e serviços no mercado de capitais, comerciais, profissionais, industriais e englobando segredo de justiça.



V - O Banco Central do Brasil divulgará periodicamente informações relativas às operações de crédito praticadas pelas instituições financeiras, inclusive as taxas de juros mínima, máxima e média e as respectivas tarifas bancárias.

- a) Apenas um item está correto
- b) Apenas dois itens estão corretos
- c) Apenas três itens estão corretos
- d) Apenas quatro itens estão corretos
- e) Todos os itens estão corretos

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 4º do Decreto 7.724/2012.

Art. 4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Item II - correto. De acordo com o art. 5º do Decreto 7.724/2012.

Art. 5º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Item III - incorreto. As informações citadas não se sujeitam ao disposto no Decreto 7.724/2012, conforme disposto em seu art. 5º, § 2º:

Art. 5º, § 2º Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Item IV - incorreta. De acordo com o art. 6º do Decreto 7.724/2012, o acesso à informações de cunho sigiloso, previstas na legislação, como fiscais, bancárias, de operações e serviços no mercado de capitais, comerciais, profissionais, industriais e que englobando segredo de justiça, não deverão ser tratadas pelo Decreto 7.724/2012, assim como informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Art. 6º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 1º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011.

Item V - correta. De acordo com o art. 7º, § 6º, do Decreto 7.724/2012.

Art. 7º, § 6º O Banco Central do Brasil divulgará periodicamente informações relativas às operações de crédito praticadas pelas instituições financeiras, inclusive as taxas de juros mínima, máxima e média e as respectivas tarifas bancárias.

Gabarito: letra C.

...

Forte abraço!

Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.